



Comunicação Alternativa como Ferramenta de Transformação para Jovens Indígenas das Aldeias do Jaguapiru e Bororó em Dourados / MS¹

Maria Alice Campagnoli OTRE²
Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN)

Resumo

Trata-se de uma dissertação de mestrado em que analisamos a comunicação alternativa desenvolvida pela Ação dos Jovens Indígenas (AJI), em Dourados/MS. Os jovens, que produzem audiovisuais, fotografias, blog, fotolog e um jornal impresso, encontraram na comunicação uma alternativa ante à marginalidade com que são tratados na cidade e em suas próprias tribos, já que jovens solteiros não são tradicionalmente aceitos. Por meio de pesquisa bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas e análise de conteúdo do Jornal AJIndo, verificamos o impacto desta comunicação para os que a produzem, averiguando a função social do jornal alternativo para eles. Embora não seja o objetivo principal do AJIndo, destaca-se o desenvolvimento da auto-estima e cidadania como resultados desse processo. Soma-se a esta função, a mobilização por transformação social e a formação crítico-educativa.

Palavras-chave: Comunicação Alternativa; Indígena; Cidadania.

Introdução

No cenário de Dourados/MS, que comporta a segunda maior reserva indígena urbana do país, cerca de 12 mil índios de duas etnias, Terena e Guarani (Guarani-Ñandeva e Guarani-Kaiowá), dividem 3,6 hectares de terra.

Envoltos em estruturas complexas que envolvem violência, desnutrição infantil, suicídios, disputas por liderança, brigas étnicas, discriminação e abandono por parte do governo e da sociedade, os indígenas só têm espaço na grande mídia quando acontece algum fato negativo. Notícias que valorizem sua cultura ou os projetos desenvolvidos junto à comunidade, dificilmente são publicadas.

Além da falta de representação na grande mídia e de serem constantemente vítimas do preconceito de não-indígenas, os jovens indígenas e solteiros sofrem com a falta de expectativa de vida e a rejeição por seus familiares, o que faz com que seu dia-a-dia seja uma luta constante contra a morte. A categoria dos jovens solteiros, dentro da tradição indígena, não existe, já que com 13 ou 14 anos as crianças se casavam e tornavam-se adultos. Como adultos, tinham o direito de opinar nas reuniões e eram reconhecidos na comunidade indígena.

¹ Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Mestre em Comunicação pela UMESP, é graduada em Jornalismo pela Universidade de Marília. Atualmente, é professora dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Marketing e Tecnologia em Produção Publicitária da Unigran. Contato: maliceotre@unigran.br



Diante, porém, da proximidade com a cidade (cerca de 7 km) e da necessidade de estudarem e trabalharem em busca de um futuro melhor, os jovens encontram-se em um não-lugar de pertencimento: não fazem parte da sociedade urbana (que os discrimina), tampouco da indígena (que não os reconhece enquanto categoria de jovens solteiros).

Os jovens indígenas têm uma intensa circulação entre a Reserva e a cidade. Marcados, por um lado, pela discriminação dos não-índios e, por outro, por uma convivência intensa com a cidade, esses jovens negociam, o tempo todo, suas identidades (ALCÂNTARA, 2007a, p. 72-73).

A exemplo também do que acontece nas periferias, os indígenas de Dourados sofrem processos diversificados de exclusão e discriminação: nas escolas, festas, no centro urbano, na busca por emprego, no simples fato de caminhar pelas ruas. Os traços característicos da ascendência indígena já lhes garante, por si só, os rótulos de sujos, vagabundos, preguiçosos, bandidos, arredios, selvagens.

Apresentados alguns pontos da complexa realidade que abrange os jovens indígenas (preconceito dos não-indígenas e não reconhecimento dos indígenas), soma-se o fato de não terem espaço na grande mídia para exporem suas críticas e realidade. Dessa forma, como também acontece nas periferias dos grandes centros urbanos, os jovens indígenas desenvolveram iniciativas de comunicação, que envolvem um jornal alternativo – o principal foco de nosso estudo –, um *blog*, documentários e fotografias realizados pela AJI (Ação de Jovens Indígenas), com o apoio de oficinas oferecidas pela GAPK (Grupo de Apoio aos Povos Kaiowá)³. Da escolha das pautas e redação dos textos aos critérios de seleção e diagramação, no caso do jornal AJIndo, tudo é formulado pelos indígenas. Quanto ao *blog*, produção dos textos, fotos e postagens também.

No contato com essa realidade, particularmente tão distante, surgiu o interesse da pesquisa cuja questão central remete à função da comunicação alternativa desenvolvida pelos jovens indígenas, num processo em que sua ação interfere nas práticas comunicativas tradicionalmente hierarquizadas pelos indígenas e ressemantiza as culturas e tradições dessas comunidades.

A partir desta problematização, objetivamos verificar o impacto que a utilização de meios tecnológicos de comunicação nas aldeias do Jaquapiru e Bororó tiveram para os jovens produtores do jornal. Objetivamos ainda, com a pesquisa, averiguar as finalidades

³ O Grupo de Apoio aos Povos Kaiowá é uma ONG que atua na cidade de Dourados, ligada ao Labi-Nime (Laboratório de Estudos do Imaginário / Núcleo Interdisciplinar do Imaginário e Memória) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. A GAPK oferece oficinas para a AJI (Ação de Jovens Indígenas) e a partir dessas oficinas os indígenas desenvolvem os meios de comunicação alternativa (jornal e *blog*) e produzem vídeos e fotografias.



da criação de um espaço identitário de pertencimento para os jovens, verificar quais as diferenças que se colocam na prática alternativa do não-índio e do índio, levantar as razões que motivaram a utilização desses instrumentos de comunicação e quais objetivos se pretende atingir com a utilização dessas novas tecnologias nas aldeias, avaliar como se dá a participação dos jovens indígenas nessas formas alternativas de comunicação e entender como se dá o processo de ressemantização do cotidiano a partir da tomada de poder pelos jovens das novas ferramentas de comunicação.

1. Metodologia

Assim posto, adiantamos que a pesquisa foi dividida em duas etapas. Num primeiro momento buscamos desenvolver e delimitar, através da pesquisa bibliográfica, os conceitos que versam sobre a comunicação popular-alternativa e comunitária na América Latina e no Brasil, conceitos de participação, comunidade e comunidade indígena por meio dos textos de Regina Festa, Luiz Gonzaga Motta, Juan Bordenave, Cicilia Peruzzo, Maria da Glória Gohn, Máximo Grinberg, Pedro Gomes, entre outros. Para a segunda etapa, desenvolvemos um estudo de caso na cidade de Dourados/MS, buscando entender a comunicação alternativa juvenil dos indígenas das Aldeias Jaguapiru e Bororó.

Desenvolvendo a estratégia do estudo de caso, para a coleta de dados realizamos entrevistas semi-estruturadas a) com os jovens da AJI (Ação de Jovens Indígenas) responsáveis pela produção dos meios de comunicação; b) com os voluntários da GAPK (Grupo de Apoio aos Povos Kaiowá) - ONG responsável pela elaboração das oficinas de redação, fotografia, vídeo e *site*, dando sustentação à iniciativa dos jovens indígenas -; e c) com lideranças indígenas que não estão entre os membros da AJI.

Além das entrevistas semi-estruturadas, também realizamos uma análise de conteúdo do Jornal AJIndo (Ação de Jovens Indígenas de Dourados) e do *blog* mantido pelos jovens, com uma abordagem quali quanti, devido às inferências, na tentativa de verificar quais as posturas políticas, ideológicas e sociais presentes nestes veículos.

Dessa forma, temos como *corpus* para a análise, as edições produzidas pela AJI que resultam em oito exemplares do jornal, 95 matérias, e ainda, o *blog* nos anos de 2006 e 2007, 76 matérias, buscando a partir das temáticas, verificar a função que esta forma de comunicação tem para os jovens indígenas, num contexto de dificuldades sócio-econômicas, preconceito, marginalidade e, muitas vezes, descrença.

Para a realização da AC, trabalhamos com as seguintes categorias: Assunto principal, Aspecto central, De quem se fala, Gêneros utilizados e Ilustrações dos textos.



Dentro de “Assunto principal”, detivemo-nos ainda a classificar as palavras mais usadas nos textos buscando formar um melhor panorama das temáticas abordadas.

Na dissertação desenvolvida, detivemo-nos, primeiramente, a explorar a comunicação das minorias, em que pensamos a comunicação popular no contexto de luta por democratização, refletimos sobre a comunicação popular-alternativa, suas funções e os conceitos referentes à participação neste tipo de experiência, conceitos de comunidade e comunidade indígena. Dentre as funções deste tipo de comunicação, fundamentamos teoricamente as funções de formação crítico-educativa, desenvolvimento da auto-estima e cidadania e mobilização para a transformação social, no objetivo de definirmos a partir da AC, qual a função que o Jornal AJIndo tem para os jovens indígenas.

No segundo capítulo contextualizamos a realidade social vivida pelos indígenas em Dourados/MS e sua abordagem pela mídia, passando pela fixação dos indígenas na cidade, formação das aldeias do Jaguapiru e Bororó, conflitos internos como diferenças étnicas e disputas por lideranças dentre os indígenas, alcoolismo, uso de entorpecentes, violência, suicídio juvenil e mortes por desnutrição, e ainda, conflitos externos como a discriminação, abandono e marginalização e a representação dos indígenas na grande mídia. Detivemo-nos também a discutir a comunicação nas aldeias e o papel dos jovens indígenas na velha e nova ordem comunicacional.

No terceiro capítulo, em que afunilamos nossa abrangência e discussões, refletimos sobre a apropriação da comunicação dos brancos pelos indígenas de Dourados, retratando experiências de comunicação desenvolvidas na aldeia como: a rádio comunitária (já extinta), oficinas de fotografia, oficinas de cinema e desenvolvimento do *blog* e *fotolog* da Ação dos Jovens Indígenas (AJI). Já neste capítulo, apresentamos a Análise de Conteúdo (AC) do *blog*.

Por fim, no quarto e último capítulo, buscamos realizar de maneira aprofundada a AC do Jornal AJIndo. Desenvolvemos, ainda, uma análise das capas dos jornais, de fevereiro de 2004 a dezembro de 2006, buscando comparar o todo do jornal com as matérias da primeira página. Fazendo relações com nossa fundamentação teórica, discutimos e apontamos as características da comunicação popular-alternativa presentes no Jornal AJIndo e também as limitações inerentes a este tipo de comunicação. Dentre as características e limitações, detivemo-nos a focar nossos olhares sobre a questão da participação dos jovens indígenas no Jornal, já que este é um dos fatores mais relevantes nas experiências de comunicação popular. Por fim, buscamos identificar e responder nosso



problema de pesquisa quanto à função da comunicação alternativa para os jovens da AJI e verificar onde estão localizados os jovens hoje.

Na tentativa de traçar um panorama do que fora desenvolvido na pesquisa de mestrado, vale destacar que a comunicação alternativa começa a configurar-se pelo fato de como se dá a representação dos indígenas pela grande mídia douradense.

Reflexo do preconceito e discriminação com que são vistos os indígenas, o fato é que a mídia local e regional - impressa, televisiva, on-line ou via rádio - apresenta preponderantemente temáticas negativas com relação a este grupo étnico. Dificilmente vê-se no jornal fatos que enalteçam ou valorizem a cultura indígena. Os fatos mais explorados são de delitos cometidos por eles, violência nas aldeias, suicídios, mortes por desnutrição, e assim por diante.

Diante dessa situação, Jaqueline, Kaiowá, escreveu no *blog* da AJI, em 12 de junho de 2007, justificando a iniciativa da comunicação alternativa produzida pelos jovens indígenas:

Hoje na internet, jornais, tv e rádio as principais notícias são dos famosos e dos ricos, mas nós da AJI também publicamos nossas notícias através do jornal AJIndo, blog, fotolog e clipping. Publicamos notícias da aldeia ou a grande parte do que acontece na aldeia.

Isso é um compromisso que temos com a comunidade, é um meio de nós anunciarmos o nosso povo. Um dos pontos negativos é que não temos o mesmo privilégio dos ricos e dos famosos, mas não deixamos isso nos vencer, [...] ninguém melhor que nós para falar da nossa comunidade.

Com suas tradições e identidades totalmente fragmentadas, os indígenas de Dourados incorporam outras formas de comunicação, e dentre estas, a comunicação alternativa desponta como caminho de transformação.

2. Apropriação da comunicação dos brancos pelos Indígenas de Dourados

Que os meios de comunicação de massa não surgiram como invenção e necessidade dos povos indígenas, já nos é conhecido, até porque, a organização social, de proximidade, permitia a comunicação a partir da interação face-a-face, sem a necessidade de alcançar um público ilimitado e disperso em grandes territórios. A inserção e o contato com estes meios (televisão, rádio, jornal, internet) porém, tem sido altamente facilitado, principalmente em reservas indígenas que se localizam a distâncias tão ínfimas dos centros urbanos.

Dentre as iniciativas de comunicação dos jovens indígenas de Dourados/MS apontamos detalhadamente na dissertação, o desenvolvimento de oficinas de cinema,



oficinas de fotografias, a produção do *Blog* e *Fotolog* e do Jornal AJIndo, este último a que demos maior destaque, devido a particularidade de em uma sociedade basicamente caracterizada pela oralidade (e pela predominância de outras línguas principalmente entre os mais velhos), produzir-se uma mídia impressa e majoritariamente em português.

2.1. O Jornal AJIndo

A idealização do Jornal AJIndo partiu dos próprios indígenas, que viram na comunicação impressa uma alternativa para solucionarem alguns problemas até então emergenciais. Dentre as problemáticas apontadas pelos indígenas, estava o fato de a grande mídia entrar na aldeia pra falar deles, e muitas vezes não conseguir transmitir de maneira verídica os fatos, tais como ocorreram.

Sem saber denominar a atividade que desenvolve, uma kaiowá⁴ de 17 anos, recorta desde 2006 todas as matérias que são divulgadas no jornal que a ONG assina, O Progresso, desenvolvendo um *clipping* a respeito do que se fala sobre os indígenas. Quando estão com a pasta na mão, eles se mostram muito críticos com relação aos fatos apresentados e temáticas abordadas. Desenvolvem em suas discussões, uma leitura crítica da mídia douradense e se posicionam de acordo com suas reflexões.

O fato de não se encontrarem dentre as categorias aceitas pela comunidade indígena, também fez com que os jovens solteiros sentissem a necessidade de lutar por espaço e por emitirem opiniões sobre o que lhes dizem respeito. “Eles perceberam que precisavam se juntar”, destaca Maria de Lourdes Alcântara. A pesquisadora ainda comenta que, na época, o jornal veio deles mesmo. “Eles diziam: Lou, vamos mostrar quem somos. E eu falava: como a gente vai mostrar?”.

O surgimento se deu num sábado de manhã, em fevereiro de 2004, numa sala em que estavam discutindo um senso que haviam feito na aldeia. Uma das fundadoras da AJI, kaiowá, hoje com 21 anos, relata⁵ a experiência de terem pensado neste dia a iniciativa do jornal.

A comunicação é importante primeiro pra poder expressar tudo isso. Expressar o que a gente acha, o que a gente pensa, deixa de achar. Tem o objetivo de termos voz, mas também de sermos reconhecidos, sermos escutados. De ter um espaço dentro da aldeia, o que é mais importante.

A idéia de começar a jornal veio de todo mundo junto. Quando a AJI começou a gente sonhava muito, a gente queria fazer tudo, tudo, tudo ao mesmo tempo. A

⁴ Optamos por manter no anonimato o nome dos indígenas entrevistados em acordo com a Funai, com a AJI e pela segurança dos jovens.

⁵ Em entrevista concedida à autora no dia 18 de janeiro de 2008



gente queria ter jornal, a gente queria ter teatro, a gente queria ter tudo. Mas o jornal foi mais pra gente poder escrever, poder colocar o que a gente achava.

Como apoio à iniciativa de organizar um jornal, a ONG GAPK (Grupo de Apoio aos Povos Kaiowá) passa a desenvolver com os jovens indígenas das três etnias (Guarani-Ñandeva, Guarani-Kaiowa e Terena), oficinas de redação e de discussão. Baseados nestas oficinas, produziam seus textos, fotos e ilustrações, e os colocavam à disposição. Ao atingirem uma quantidade suficiente de textos, condições para diagramação e impressão, as matérias eram escolhidas em grupo, e um boneco montado em cartolinas, para que todos pudessem visualizar como ficaria o informativo.

De fevereiro de 2004 até dezembro de 2006, foram publicadas oito edições. Nosso objetivo era encerrar a análise englobando todos os jornais de 2007, porém, por dificuldades internas da Ação, não saiu nenhum exemplar neste ano (2007).

3. Características da comunicação popular-alternativa no AJIndo

Após a análise das oito edições e desenvolvimento dos 34 gráficos que compuseram nossa AC, diante da limitação do espaço de um artigo, que impossibilitou a apresentação dos gráficos, decidimos por buscar identificar as características positivas e limitações da comunicação alternativa presentes no Jornal.

Cicilia Peruzzo (2004, p. 155-157) nos oferece os parâmetros necessários para a comparação entre a teoria e prática da comunicação popular-alternativa.

A começar pela apropriação de meios e técnicas em que esta comunicação atua, citamos o meio “jornal” como uma das formas de apropriação pelos jovens indígenas, que tradicionalmente não se utilizam deste tipo de comunicação. Em nossa fundamentação teórica, porém, a autora cita o fato de que a comunicação popular se apropria não só da tecnologia, mas também da linguagem (PERUZZO, 2004, p.155).

No caso da comunicação produzida pelos indígenas, existe a utilização da tecnologia, e a intenção, num primeiro momento, de se apropriar de formatos e linguagens, o que percebemos pela tentativa de definir editorias - como as colunas “Quem somos” ou “O que é a AJI e o editorial – e, a tentativa de se apropriarem das construções jornalísticas, como a utilização do *lead*. A intenção, porém, não garante o êxito na apropriação. Até porque, se de certa forma eles demonstram uma tentativa de reprodução dos padrões jornalísticos da grande mídia, não-indígena, por outro lado eles se propõem a manter a característica e identidade deles, não permitindo mais as correções da língua portuguesa, publicando textos completamente híbridos e majoritariamente opinativos e



ainda, aceitando a inserção de palavras indígenas durante o texto, se isso de alguma forma facilitar o entendimento dos outros.

A presença de um conteúdo crítico e utilizado para reivindicações e mobilização popular, como também define a autora (PERUZZO, 2004, p. 156), também é perceptível. Nos aspectos centrais que analisamos, obtivemos os dados de que em 17 textos está presente a crítica, ou ao governo, ou à grande mídia, ou ao não-indígena e/ou sua organização social. Em outros 15 textos é feito um alerta aos indígenas sobre a temática, o que nos remete à mobilização. Dois textos objetivam reivindicação, um número que apesar de pouco expressivo, é justificado pelo trabalho que a ONG GAPK vem fazendo com os jovens na tentativa de que eles peçam menos e se organizem mais, político-cultural-socialmente.

Ao citarmos a GAPK como incentivadora das atividades que se relacionam com o jornal (Ex: oficinas de fotografia e oficinas de redação), o AJIndo não tem autonomia institucional, até porque os próprios custos do jornal são cobertos pela ONG. Não se pode falar, portanto de uma autogestão da comunicação. Quanto ao tema, Peruzzo (2004, p. 156) destaca que “mesmo quando alguém custeia os [veículos de comunicação] mais onerosos, há todo um esforço para se fugir da tutela ou de interferências em sua linha política”. Este esforço tem sido demonstrado pelos jovens indígenas que, apesar de dependerem das máquinas fotográficas, computadores e do custeio do jornal, buscam formas de resguardar sua política editorial a partir da escolha entre eles dos textos que comporão o jornal, e, ainda, de não passarem o informativo por membros da ONG para dizer se o jornal tem ou não o aval para sair. “Assim que está pronto, eles mandam pra gráfica e a gráfica roda”, afirma Maria de Lourdes Beldi de Alcântara, responsável pela ONG. O que se percebe a partir dos relatos dos indígenas, é que a GAPK se configura realmente como uma entidade de apoio, que, inclusive, nunca foi citada no jornal.

A articulação da cultura, também apontada por Peruzzo (2004, p. 156-157) como aspecto positivo da comunicação popular, tem, neste caso, papel importante, juntamente com a característica de formação das identidades. Apesar de poucos textos enfatizando uma valorização da cultura indígena, sete, o fato de desenvolverem oficinas de artesanatos, participarem do *Aty Guasu*⁶, utilizarem palavras e expressões indígenas, apresentarem suas poesias, contos e mitos, cantos indígenas, exporem fotografias de seus

⁶ Em guarani, significa “grande assembléia”, que reúne indígenas de toda a reunião para discussões sobre problemas, projetos futuros, ações sociais e políticas



grupos, ensinarem sobre a importância e o cuidado com hortas e principalmente valorizarem o jovem indígena, é muito positivo.

No que diz respeito à comunicação popular como um serviço de interesse público (PERUZZO, 2004, p.157), entendemos que as temáticas e abordagens condizem com este elemento. Embora a maioria dos textos reflita a opinião pessoal do autor, as lutas e objetivos caminham para uma mesma direção. O desejo de um é desejo do grupo, a crítica de um é crítica do grupo, ou ao menos entendida pelo grupo, e isso é verificável pelo fato de os jovens escolherem os textos que melhor representam seus anseios e prioridades momentâneas. Além disso, o aspecto central “alerta sobre a temática”, que aparece em 15 textos, também reflete de certa maneira a mentalidade de serviço, em que os jovens pedem para que fiquem atentos quanto aos novos documentos que precisam ser tirados, quanto às ondas de violência, índices de mortalidade infantil, etc.

Outro aspecto importante destacado por Peruzzo (2004, p.157) - ainda mais quando se trata de comunidades indígenas em que a comunicação era basicamente oral e não permitia registro dos fatos -, é a característica de preservação da memória de segmentos subalternos. A importância desta preservação para os indígenas é certamente potencializado pelo fato de que estes jornais (vídeos, fotografias, *blog*) são os primeiros registros desenvolvidos sobre os indígenas de Dourados, pelos próprios indígenas de Dourados. Outros registros já vinham sendo feitos mas a partir do outro, e não deles mesmos.

Outro aspecto importante que advém da comunicação popular é a democratização dos meios. A democratização promovida pelo AJIndo, se não atinge parcelas variadas da sociedade em geral, atinge ao menos três etnias que, historicamente, rivalizam entre si. Além de ser um canal a mais dentre os que representam vozes que não têm espaço na grande mídia, vem contribuindo, ao menos entre os jovens, para uma nova consciência do outro e da diversidade dentro e fora da Reserva.

Por fim, apropriando-nos da classificação proposta pela autora, existe o aspecto que se vê como principal no trabalho dos jovens, a conquista da cidadania.

A conquista da cidadania por parte dos indígenas, que além de discriminados pela etnia, são vítimas de preconceito por serem pobres, por terem baixo nível educacional e se sentem inferiorizados ante os não-indígenas, é um dos aspectos mais relevantes para os jovens. Inclusive consta em nossa pesquisa, o objetivo de responder se uma das funções do Jornal para eles é o desenvolvimento da cidadania.



Ao se pretender classificar um meio como alternativo, porém, mais do que os aspectos positivos que foram neste tópico elencados, apoiamo-nos nas limitações da comunicação popular-alternativa, não no intuito de diminuir a importância dessas experiências, mas proporcionar uma visão menos utópica sobre o popular-alternativo.

4. Limitações da comunicação popular-alternativa presentes no AJIndo

A classificação e o reconhecimento de um jornal popular-alternativo se dá muitas vezes mais facilmente por meio dos problemas que o veículo apresenta, do que por suas características positivas. Desde a leitura superficial do Jornal AJIndo, somos capazes de identificar alguns pontos característicos do alternativo, que são encarados como limitações condizentes a este tipo de mídia: a falta de uma formatação básica, classificação de editorias, desrespeito aos gêneros jornalísticos, hibridismo temático num mesmo texto, erros de português e a não-periodicidade, são algumas destas limitações.

A partir de uma análise mais aprofundada do veículo e apoiando-nos na classificação das limitações proposta por Cicilia Peruzzo (2004, p. 149-154), devemos contribuir para a experiência buscando abandonar uma visão utópica deste tipo de comunicação e apontando os problemas que lhe atingem, não com o objetivo de que sejam solucionados, mas que sejam reconhecidos e justificados por se tratar de uma mídia popular-alternativa.

O primeiro ponto que elencamos, a partir da teorização proposta por Peruzzo, é a abrangência reduzida. Dentro da aldeia, essa abrangência é ainda mais dificultada devido às diferenças étnicas, e portanto lingüísticas, pelo não-domínio da língua portuguesa por todos os indígenas - nem ao nível falado, quem dirá no escrito - , e pela tiragem do jornal que, variando de 500 a 1500 exemplares, não atinge satisfatoriamente os 12 mil índios que vivem na Reserva de Dourados.

Por outro lado, buscando superar essa dificuldade, os jovens que produzem o jornal e, portanto, conseguem ler o português, se encarregam de levar as publicações para casa, mostrar para os mais próximos e, ainda, lê-las nas reuniões, para que os mais antigos que não sabem ler, muito menos em português, tenham contato com o AJIndo.

Diante destes problemas apontados, questionamo-nos se existe aqui uma segunda limitação da comunicação popular, a inadequação dos meios, quanto ao público (PERUZZO, 2004). Se a maioria da população é analfabeta ou não se comunica por meio da língua portuguesa, porque produzir um jornal impresso em português? O Jornal surgiu, como já vimos, da vontade dos próprios indígenas que tiveram contato com os jornais da



cidade e se revoltaram com muitas coisas que haviam sido ditas sobre eles. Pensaram, portanto, em tentar esclarecer as falhas dos jornais de grande circulação, da mesma forma, com outra publicação. Além disso, a não delimitação de um público-alvo, dificulta entender a inadequação, pois os jornais também são distribuídos nas universidades de Dourados, no semáforo e outros lugares fora da aldeia, em que o não-indígena é o público receptor. De toda a forma, eles acreditam superar os problemas de “inadequação” dentro da aldeia, a partir das práticas apontadas acima, e acreditam que o veículo está adequado, se pensarmos nos leitores de fora da aldeia.

Também devido a esta mistura de receptores, os indígenas não se dispuseram ainda a colocar no Jornal, textos na língua guarani ou terena. Até porque, muitos deles, jovens produtores, já perderam a língua indígena e não conseguem escrever os textos no idioma. Às vezes até se comunicam verbalmente, mas sentem a dificuldade no registro da língua cuja tradição é a oralidade. Mais uma vez, encontramos os jovens entre a cidade e a aldeia, entre o português e a língua materna, entre o público-alvo indígena e o não-indígena. Difícil seria adequar estes meios a uma realidade tão híbrida, tão complexa.

O “uso restrito dos veículos” (PERUZZO, 2004, p.150), que se dá pela adoção de veículos mais cômodos e menos onerosos, se dá em parte. Afinal, um jornal impresso não é tão cômodo assim, a produção de vídeos, fotografias e *sites* também não. Porém, apesar de o interesse da comunidade indígena como um todo, os jovens da AJI ainda não lutaram pela concessão de uma rádio comunitária, por exemplo, nem demonstram interesse, devido aos problemas que a Reserva já teve com a tentativa de instalação da FM 107,1 *Awaete Mbarete*. E pensando nas características de uma rádio, a começar pela questão da oralidade, alcance, penetração e possibilidade de se falar nas três línguas, ela talvez se adequaria melhor à realidade dos indígenas em geral. Dentre os motivos de a Ação dos Jovens Indígenas não querer se envolver neste projeto estão: as dificuldades de um relacionamento pacífico entre lideranças das três etnias, grupos querendo “ser donos” da rádio, falta de uma sede apropriada e o medo/possibilidade de que a rádio gere mais conflitos do que ajude.

Quanto a pouca variedade de veículos, não se verifica, pois a AJI está se valendo de um número expressivo de maneiras para ter voz: publicam um jornal, produzem vídeo, fotografias (inclusive com a publicação de um livro), mantêm um *blog* e um *fotolog*.

Quanto à falta de competência técnica (PERUZZO, 2004, 150), embora sempre envolvidos em oficinas e cursos de capacitação, os jovens da AJI ainda demonstram algumas dificuldades quanto à produção de textos coesos e com a grafia correta, quanto à



diagramação, mistura de gêneros, revisão dos textos, averiguação do padrão (por exemplo, todos os textos estão assinados e acompanhados da idade e etnia dos jovens?), existe um número reduzido de fotografias no *blog* devido a dificuldades técnicas quanto aos *softwares* de imagem, etc.

Além dos problemas quanto à técnica, a autora aponta como uma limitação o conteúdo mal explorado (2004, p. 151). Talvez o fato de os textos não serem produzidos com objetivos bem determinados, mas serem escolhidos depois de produzidos, colabore com a má-utilização do veículo, valorizando algumas temáticas em detrimento de outras que também são importantes mas não são percebidas e/ou abordadas de maneira a colaborar com a causa dos jovens.

Uma outra limitação apontada por Peruzzo (2004, p.153) é a carência de recursos financeiros, que segundo a autora, é um dos grandes problemas das organizações populares. Neste caso, como a Ação dos Jovens Indígenas tem o apoio total da ONG Grupo de Apoio aos Povos Kaiowá (GAPK), dinheiro deixa de ser problema. Um exemplo disso é o fato de o jornal não ter saído em 2007 e, quando questionamos quanto aos motivos, uma kaiowá disse que “o jornal não rodou por falta eficiência da equipe de apoio [monitora da oficina de redação]. Montamos os bonecos todos juntos no papel. Não foi por falta de dinheiro que não saiu, mas por falta de vergonha”, destaca.

Neste caso, mais do que a limitação por falta de verbas, o problema foi de organização interna e de periodicidade, que nunca foi fixa no jornal.

Quanto à participação desigual, consta mais uma vez no livro da autora que “Apesar de não dispormos de dados de pesquisas, podemos afirmar com segurança que, na maioria das práticas brasileiras de comunicação popular, a produção de mensagens, o planejamento e a gestão dos meios se centralizam em poucas mãos” (PERUZZO, 2004, p. 154).

No caso do AJIndo, a centralização se dá mais pelas causas técnicas e estruturais, como dificuldades relacionadas à língua, dificuldade de locomoção da aldeia à cidade, necessidade de os jovens trabalharem ou cuidarem da casa, dificuldades de socialização, do que especificamente reproduzirem os padrões da grande mídia, de concentração do poder comunicacional. É importante verificarmos também que até mesmo pela emergência de lideranças espontâneas, a participação não se dá da mesma forma. A desigualdade participativa é muito perceptível, se retomarmos os dados retirados a partir da análise do *blog*, em que um número reduzido de jovens (19) publicaram textos num período de dois anos.



Resta ainda a pergunta: qual a função desta comunicação para os jovens indígenas?

Conclusões: I. Função da comunicação para eles

Acreditamos que dentre as funções teorizadas, a que mais vem ao encontro das temáticas e outras pistas deixadas pelos jovens no Jornal, é que o veículo tem para eles a função de desenvolvimento da auto-estima e cidadania, mesmo que este não seja seu principal objetivo, além de ter também as funções de formação crítico-educativa e/ou mobilização para a transformação social. O que eles almejavam, na verdade, era que a partir deste espaço, pudessem cavar um local em que fossem aceitos, já que estando *in between*, não fazem parte da sociedade indígena, tampouco da não-indígena.

Com o intuito de encontrarem reconhecimento e valorização como jovens e indígenas, tinham o desejo de criar um Jornal a partir do qual pudessem mobilizar os jovens indígenas em torno desta causa. As temáticas abordadas no Jornal, porém, mais do que mobilizar, demonstram a importância que os jovens atribuem a experiência de serem emissores da informação, de serem sujeitos do processo comunicativo. A partir da classificação dos gêneros e dos altos índices de opinião emitida (em 67% dos textos), de verificarmos no aspecto central o fortalecimento da imagem da AJI, sua importância e atuação (em 43% dos textos) e de identificarmos a expressiva utilização do Jornal para apresentação dos eventos produzidos, internos e externamente pela entidade (44%), justificamos como função do Jornal para eles o desenvolvimento da auto-estima e cidadania.

Esta função se justifica, ainda, a partir das entrevistas que realizamos com jovens da AJI que relataram a experiência de atuarem no Jornal. Esta kaiowá de 21 anos, que participou da primeira turma do jornal e agora não está mais na entidade, ao ser questionada sobre o que mudou para ela antes e após participar do Jornal, enfatiza “Ah, mudou bastante! Eu me sentia... Ah, pode falar? Importante! Eu me sentia útil, porque primeiro eu gostava do que estava fazendo, eu sabia o que eu estava fazendo. Isso melhorou a minha auto-estima, me fazia bem, me fazia útil”.

Maria de Lourdes Beldi de Alcântara arrisca um diagnóstico. “Auto-estima, basicamente isso. Eles passaram a acreditar neles, que eles podiam ter um lugar e que eles só iriam ter um lugar se eles gritassem, aparecessem. Daí eles conquistaram o lugar deles que demorou bastante”.

Embora não tenhamos considerado como a principal função do Jornal, não podemos ignorar o papel que a entidade teve e tem na ativação de um processo de



mobilização para transformação social. Afinal, tem realizado um amplo trabalho de reflexão sobre o valor dos jovens indígenas, apoiando-os na luta por localização social. Este objetivo da entidade, que se percebe de maneira muito clara, não é porém tão bem explorado no Jornal. A maioria dos textos, ao invés de buscar reunir a juventude indígena em torno das causas que acreditam ser importante, chamando-os para o trabalho, se detém a relatar fatos e opinarem sobre eles. É mais uma forma de demonstrarem o que cada jovem pensa, sem, porém, organizá-los em torno de objetivos comuns.

Destacamos ainda que todo este processo de desenvolvimento da cidadania e de mobilização para transformação social, reconhecidas ao menos em parte no Jornal AJIndo, vem acompanhado de uma formação crítico-educativa, pois os jovens se submeteram a um processo de educação informal e a partir do contato com tantas práticas de comunicação como emissores da informação, passaram a refletir melhor sobre a grande mídia, motivando-se para uma leitura crítica da comunicação.

Além do próprio exercício de aprendizagem que é produzir textos, fotos, vídeos, houve um incentivo à reflexão crítica quanto aos mesmos materiais produzidos externamente, o que também permitiu-lhes um crescimento pessoal a partir de um alargamento de seus horizontes. Uma guarani-kaiowá, confirma esta transformação pessoal ao analisar sua passagem pela AJI e pelo trabalho com comunicação. “Melhorou meu modo de falar, meu jeito de escrever. [...] Mudou minhas visões sobre filme. Que filme não era só um filme, que jornal não era só um jornal”.

Diante de tantas funções da comunicação popular-alternativa para os jovens nota-se que houve uma interferência nas práticas comunicativas tradicionalmente hierarquizadas pelos indígenas, em que o mais velho detinha o poder e ao mais jovem cabia ouvir. Interferir nesta hierarquia, porém, parece ser justamente o objetivo deles. Os jovens que formaram uma nova categoria dentro da aldeia, a categoria do jovem solteiro, buscam de certa forma um espaço em que consigam sentir-se parte. Para isso, apropriam-se de elementos da cultura não-indígena, como a língua, o saber científico das universidades e os seus meios de comunicação para se fazerem ouvir. Como seres totalmente híbridos, divididos entre a cultura não-indígena que é atrativa e a cultura indígena, que vem sendo desvalorizada, utilizam-se destas novas formas de comunicação para instaurarem um novo tempo dentro da comunidade indígena, um tempo em que suas reflexões e conhecimentos adquiridos fora da aldeia devem ser utilizados e valorizados para ajudarem a comunidade nos problemas mais latentes, como a violência, drogas, desemprego, desnutrição.



Buscando ser parte do mundo indígena, a partir do que se apropriaram dos não-indígenas, os jovens atuam em seus veículos de comunicação, principalmente no AJIndo, na busca por fortalecer a classe dos Jovens Indígenas, representada todo o tempo pela AJI. Acreditamos que os resultados da AC que apontam a uma supervalorização da entidade, apresentando sua importância e atuação em eventos externos e internos, são na verdade uma supervalorização da figura do jovem, que deve ser reconhecido, que deve ter direito a se pronunciar nas reuniões com as lideranças, que deve ser considerado também liderança, afinal, detém o poder comunicacional neste novo tempo.

De certa forma, a partir do momento em que estes jovens passam a interferir diretamente na circulação de informação dentro da aldeia, alterando o processo comunicacional historicamente instituído, há que se falar numa ressemantização cultural. Pois, o mundo, dentro e fora, da aldeia passa a ser lido por jovens que mantêm contato direto com a sociedade não-indígena e que aprenderam a interpretá-lo de maneira híbrida, assim como também o são.

Conclusões: II. Perspectivas

Apesar de trilharmos um caminho sinuoso, que se deu desde o entendimento do modo de viver da população que estudamos e que nos era tão distante e novo, acreditamos ter avançado no reconhecimento da comunicação alternativa produzida pelos jovens indígenas, e ainda, a partir do esforço da pesquisa, chegamos a conclusões importantes que nos permitem posteriormente analisar outros contextos de comunicação indígena, talvez até na tentativa de sistematizar formulações a respeito de suas características, limitações e funções, que muito se assemelham da comunicação produzida nos bairros periféricos dos centros urbanos, mas também guardam algumas peculiaridades, como a dificuldade de se expressar, por exemplo, numa língua muitas vezes de compreensão e formulação restritas tanto para o emissor como para o receptor. A leitura dos textos nas assembleias tradicionais (*Aty Guasu*), muitas vezes na língua guarani, também pode ser apontada como peculiaridade dessas experiências de comunicação alternativa indígena.

De todas as observações levantadas, fica enfatizada a importância que estes meios de comunicação têm para os jovens, particularmente, e para o futuro das tribos que começam a se transformar de maneira profunda quanto às tradições e organização social, no geral. Eles são atualmente um dos primeiros registros importantes do contexto dos povos indígenas de Dourados e região produzidos por eles mesmos. Assim como a dissertação de mestrado que originou este artigo, pretendem-se documentos de uma



comunidade que vivia fundamentada sobre as bases solúveis da oralidade e que, a partir de agora, passam a registrar pela escrita textual, audiovisual cinematográfica, virtual e iconográfica, a realidade dos jovens indígenas de Dourados/MS, que antes desprezados pelos seus e pelos brancos, mobilizaram-se para escrever a história de seu povo e encontrar aceitação.

Referências

ALCÂNTARA, M. L. B. de. **Jovens indígenas e lugares de pertencimento**: análise dos jovens indígenas da Reserva de Dourados/MS. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Laboratório de Estudos do Imaginário, 2007a.

_____. (org.). **Nossos olhares**. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Núcleo Interdisciplinar do Imaginário e Memória. Laboratório de Estudos do Imaginário, 2007b.

BERGER, C. **Movimentos Sociais: pesquisa em três tempos**. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: UnB, 6 a 9 de setembro de 2006

CONSELHO Indigenista Missionário. **A violência contra os povos indígenas no Brasil**: relatório 2003-2005. Brasília/DF, 2005. Disponível em <http://www.cimi.org.br/?system=news&eid=383>. Acesso em 03ago.2007.

FESTA, R. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, Regina; LINS, Carlos Eduardo (Orgs.) **Comunicação Popular e alternativa no Brasil**. São Paulo. Edições Paulinas, 1986, p. 9 - 30.

GRINBERG, M. S. Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades. In: **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

MOTTA, L.G. Brasil: alternativa popular: comunicação e movimentos sociais. In: GRINBERG, Maximo Simpson (Org.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação popular em seus aspectos teóricos. In: **Comunicação e culturas populares**. São Paulo: Intercom, 1995.

_____.; ALMEIDA, F. F. de (Orgs.). **Comunicação para a cidadania**. São Paulo. Intercom; Salvador: UNEB, 2003.

_____. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.